



Contribuições da Extensão Universitária na formação dos alunos em faculdades privadas de Teresina-PI.

Contributions of the University Extension in the training of students in private colleges in Teresina-PI.

Contribuciones de la Extensión Universitaria en la formación de estudiantes en facultad privados en Teresina-PI

Nota de la autora

Facultad de postgrado

Ivone Antonia da Silva

ivonesilvape@hotmail.com

55+86.981828929

Eixo Temático: Extensão Universitária

Asunción-PY, 2019

Resumo

Este artigo é um recorte teórico da tese de doutoramento em andamento que tem como objetivo determinar quais as contribuições da extensão universitária na formação dos alunos em faculdades privadas em Teresina-PI. Nas universidades e faculdades brasileiras a Extensão Universitária é entendida como parte indispensável do tripé formativo acadêmico-sócio-profissional no ensino superior e está na LDB, nº 9.394/96 e no PNE Lei 13.005/14 através da Meta 12.7. Com vasta bibliografia, que respalda teoricamente a extensão universitária, ainda há pouca divulgação das suas contribuições na formação dos alunos assim como de projetos para as comunidades. O que motivou este estudo foi às lacunas existentes em estudos desta natureza voltados para faculdades privadas de Teresina-PI. Trata-se de um estudo descritivo, com abordagem quantitativa, realizado com amostra de 356 alunos do 8º período dos cursos de licenciaturas e bacharelados. Os resultados encontrados até o momento identificaram. Na formação acadêmica a extensão universitária favorece a responsabilidade de contribuir de maneira decisiva para a transformação social e coletiva através da pesquisa. Na formação Social a extensão universitária desenvolve conhecimentos a partir da socialização e pelo contato diário com a temática trabalhada, realizando associação teórico-prática propiciando a vivência e a experiência aprendente, com conhecimentos plurais, criativo e percepção como parte do universo coletivo; Na formação profissional a extensão universitária auxilia na transformação das práticas profissionais, de modo a realizar as intervenções de acordo com a realidade da população em que o aluno está inserido.

Palavras-chave: formação social; formação acadêmica; formação profissional.

Abstract

This article is a theoretical section of the doctoral thesis in progress that aims to determine the contributions of university extension in the training of students in private colleges in Teresina-PI. In the universities and Brazilian colleges the University Extension is understood as an indispensable part of the academic-socio-professional training tripod in higher education and is in LDB, nº 9.394 / 96 and in PNE Law 13,005 / 14 through Target 12.7. With

a large bibliography, which theoretically supports the university extension, there is still little dissemination of its contributions in the training of students as well as projects for the communities. What motivated this study was the gaps in studies of this nature directed at private colleges in Teresina-PI. This is a descriptive study, with a quantitative approach, carried out with a sample of 356 students from the 8th period of undergraduate and baccalaureate courses. The results found so far have identified. In academic formation, university extension favors the responsibility of contributing decisively to social and collective transformation through research. In social formation the university extension develops knowledge from socialization and daily contact with the thematic worked, realizing theoretical-practical association propitiating the experience and the learning experience, with plural knowledge, creative and perception as part of the collective universe; In professional training, university extension assists in the transformation of professional practices, in order to carry out the interventions according to the reality of the population in which the student is inserted.

Keywords: social formation; academic training; professional qualification.

Introdução

O artigo ora apresentado aborda as contribuições da Extensão Universitária na formação dos alunos em faculdades privadas em Teresina-PI. É um tema de relevância acadêmica no âmbito das universidades e faculdades, tendo em vista que oportuniza a confrontação de conhecimentos com a realidade encontrada fora dos 'muros' das universidades e faculdades. A extensão universitária é um ponto dentro do universo acadêmico em ainda é uma temática pouco conhecida na realidade da educação superior em Teresina-PI. Pretendendo-se com este estudo superar o problema do desconhecimento e da valorização da extensão universitária como aporte teórico-metodológico para formação social, acadêmica e profissional dos alunos, sugerindo uma maior valorização e conhecimento a respeito da extensão universitária em faculdades privadas de Teresina-PI, na preparação dos futuros profissionais da educação para o mercado de trabalho.

O problema geral derivado desta temática, teve coo ponto de partida o seguinte problema de investigação: Quais as contribuições da extensão universitária para formação dos alunos em faculdades privadas em Teresina-PI? Deste problema geral foram geradas três perguntas específicas: a) Quais as contribuições sociais da extensão universitária para

formação dos alunos? b) Quais as contribuições da extensão universitária na formação acadêmica dos alunos? c) Quais as contribuições da extensão universitária na formação profissional dos alunos?

Para responder a estas questões deste estudo, foi adotado um estudo de nível descritivo, com enfoque quantitativo, realizado com amostra de 356 alunos do 8º período dos cursos de licenciaturas e bacharelados de faculdades privadas de Teresina Piauí. Foi realizado um levantamento bibliográfico sobre o tema, com associação, voltado para contribuições da extensão universitária, formação social, acadêmica e profissional.

Breve histórico da Extensão Universitária no Brasil

Elaborar um percurso histórico da extensão universitária no Brasil constitui-se um imenso desafio dado às peculiaridades que possui a formação educacional brasileira. Diante deste pressuposto, a extensão Universitária é um elemento à parte, uma vez que das três grandes áreas que formam o tripé da Universidade e da faculdade: o ensino, a pesquisa e a extensão, a extensão universitária ainda que é uma área do ensino superior pouco explorada pelas universidades e faculdades brasileiras como em momento propício a pesquisa e a prestação de serviços à comunidade.

Segundo Nogueira (2001 p. 58):

A Extensão Universitária surge na Inglaterra, na segunda metade do século XIX, vinculada com a ideia de educação continuada, destinada a população que não se encontrava na universidade. [...] Alguns anos depois são registradas atividades caracterizadas por atividades de prestação de serviço na área rural e também na área urbana. (NOGUEIRA, 2001, p. 58).

A história da extensão universitária no Brasil teve o início no século XX, suas primeiras manifestações foram através de conferências e cursos voltados para as comunidades, e foram realizadas pela Universidade de São Paulo em 1911. Ao final da década de 50 e início da de 1960, os universitários brasileiros, se reuniram na União Nacional dos Estudantes - UNE, organizando movimentos culturais e políticos que foram reconhecidos como primordiais para a formação das lideranças que o País precisava naquele contexto, demonstrando compromisso social e buscando atuação Inter profissional, por meio das metodologias que possibilitavam a reflexão sobre sua prática.

Após a instalação da Ditadura Militar de 1964 houve iniciativas importantes como o Projeto Rondon em 1967 que propiciou ao universitário brasileiro muitas experiências

importantes junto às comunidades rurais, abrindo novos caminhos e possibilitando espaços para contribuir para a melhoria das comunidades rurais no Brasil.

Tendo como objetivos: Contribuir para o desenvolvimento e o fortalecimento da cidadania do estudante universitário e Contribuir com o desenvolvimento sustentável o bem-estar social e a qualidade de vida nas comunidades carentes, usando as habilidades universitárias. Apresentando como objetivos específicos: Proporcionar ao estudante universitário conhecimento de aspectos peculiares da realidade brasileira; Contribuir com o fortalecimento das políticas públicas, atendendo as necessidades das comunidades selecionadas; Desenvolver no estudante sentimentos de responsabilidade social, espírito crítico e patriotismo; contribuir para o intercâmbio de conhecimentos entre instituições de ensino superior, governos locais e lideranças comunitárias..

Com a implantação da Reforma Universitária em 1968, por meio da lei nº 5.540/68 (BRASIL, 1968), a extensão universitária foi vinculada, pela primeira vez, ao Ensino e à Pesquisa. Deste modo, as Universidades deveriam repensar a dimensão social da extensão como prestadora de serviços e associá-la ao Ensino e à Pesquisa, ampliando-se à comunidade.

Nos anos 80, foi criado o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão Universitária-FORPROEX em 1987, importante marco na luta pela institucionalização da Extensão;

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizado, acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/ prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social. (FORPROEX, 1987).

Nos anos 90, em resposta ao mandamento constitucional de indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 1996, estabelece a Extensão Universitária como uma das finalidades da Universidade (BRASIL, 1996, art. 43) e institui a possibilidade de apoio financeiro do Poder Público, inclusive mediante bolsas de estudo (BRASIL, 1996, art. 43).

Outra iniciativa importante, no sentido da institucionalização da Extensão Universitária, foi o Plano Nacional de Extensão, elaborado e aprovado pelo FORPROEX, em 1998. Por meio desse plano, busca-se o seguinte:

“1) a possibilidade de dar unidade nacional aos programas temáticos que já se desenvolvem em diferentes universidades brasileiras; 2) a garantia de recursos financeiros destinados à execução de Políticas Públicas correlatas [...]; 3) o reconhecimento, pelo Poder Público, de que a Extensão Universitária não se coloca apenas como uma atividade acadêmica, mas como uma concepção de Universidade Cidadã; 4) a viabilidade de interferir na solução dos grandes problemas sociais existentes no País” (Plano Nacional de Extensão Universitária, 1998, apud NOGUEIRA, 2005, p. 92).

O Plano Nacional de Educação, para o decênio 2014-2024 (BRASIL, 2014), estabelece a responsabilidade das Universidades nas suas funções de Ensino, Pesquisa e Extensão. A Extensão Universitária é assegurada pela lei nº 13.005/2014 que institui do Plano Nacional de Educação que diz na Meta 12.7 que, “no mínimo, 10% do total de créditos exigidos para a graduação no ensino superior no País será reservado para a atuação dos estudantes em ações da Extensão Universitária” (BRASIL, 2014).

A extensão universitária é um processo educativo, científico e cultural que busca a articulação entre ensino e pesquisa. É compreendida como uma construção de saberes compartilhado, entre acadêmicos e a comunidade. Tem-se como consequência a produção de conhecimento, por meio da vivência com a realidade brasileira e regional. Assim, a Universidade retorna para a comunidade o aprendizado que foi submetido à reflexão teórica.

A prática da Extensão Universitária traz, no seu constructo conceitual, a relevância da formação universitária com ênfase na construção de conhecimentos e habilidades que contribuam, efetivamente, para o fortalecimento da sociedade e para o exercício de direitos e deveres de maneira comprometida, alicerçada nos princípios éticos e humanitários. Desse modo, as ações promovidas pela Extensão Universitária podem ser uma aproximação dos participantes com a sociedade em um movimento de troca dos saberes acadêmicos com os populares. (LAPERRIÉRE, 2010).

O contato dos alunos com diferentes teorias e o aprofundamento teórico durante o percurso de formação inicial dos alunos da graduação tem sido garantido não só por meio do ensino e de atividades de pesquisa, mas, também, das atividades de extensão universitária que proporcionam aos futuros licenciados maiores vivências e a aquisição de

conhecimentos/informações/elementos que poderão lhes auxiliar na tomada de suas decisões nas escolhas de futuras especializações, bem como em seus períodos/momentos de atuação como docente. (NOZAKI; FERREIRA; HUNGER, 2015).

Segundo Boaventura de Sousa Santos (2004)

A área de extensão universitária vai ter no futuro próximo um significado muito especial. No momento em que o capitalismo global pretende funcionalizar a Universidade e, de facto, transformá-la numa vasta agência de extensão ao seu serviço, a reforma da Universidade deve conferir uma nova centralidade às atividades de extensão (com implicações no curriculum e nas carreiras dos docentes) e concebê-las de modo alternativo ao capitalismo global, atribuindo às Universidades uma participação ativa na construção da coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e a degradação ambiental, na defesa da diversidade cultural.

Para Pinto, Rocha e Vilarim, (2010), ainda “existe uma inadequação das práticas pedagógicas atuais para a realidade multidisciplinar, multidimensional, global e contextualizada” no ensino superior brasileiro. O ensino disciplinar, fragmentado, baseado em informações isoladas e, em muitos casos, distante de um contexto mais abrangente não atende mais às exigências do mundo atual, tornando urgente a “necessidade da formação de profissionais que saibam articular os conhecimentos oriundos de diversas áreas; indivíduos capazes de avaliar situações/contextos abrangentes de forma crítica e reflexiva; e pessoas habilitadas para produzir soluções/conhecimentos que atendam a diferentes necessidades da sociedade”. (Pinto, Rocha e Vilarim, 2010).

A extensão universitária é uma forma de interação dialógica entre a Universidade e a sociedade, no entanto, ainda é pouco vista pelos interlocutores da Universidade ao ver maiores investimentos públicos para outras partes do tripé de mesmo, porém, podem-se até mesmo dizer que ao possibilitar uma relação dialética entre teoria e prática, ensino e pesquisa, a mesma promove a oxigenação da própria Universidade, que dá concretização ao seu real papel e se transforma ao mesmo tempo em que modifica o contexto e os indivíduos com os quais interage dentro e fora da comunidade.

A Política Nacional de Extensão Universitária reafirma os objetivos pactuados ao longo da existência do FORPROEX (Fórum de Pró-Reitores de Extensão Universitária) Muitos

deles foram formalizados no Plano Nacional de Extensão Universitária de 1999, aos quais se acrescentam outros que se fazem necessários para o enfrentamento de novos desafios e aproveitamento de novas oportunidades, tendo em vista o contínuo fortalecimento da Extensão Universitária.

São estes os objetivos expressos pelo FORPROEX:

1. Reafirmar a Extensão Universitária como processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade, além de indispensável na formação do estudante, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade;
2. Conquistar o reconhecimento, por parte do Poder Público e da sociedade brasileira, da Extensão Universitária como dimensão relevante da atuação universitária, integrada a uma nova concepção de Universidade Pública e de seu projeto político-institucional;
3. Contribuir para que a Extensão Universitária seja parte da solução dos grandes problemas sociais do País;
4. Conferir maior unidade aos programas temáticos que se desenvolvem no âmbito das Universidades Públicas brasileiras;
5. Estimular atividades de Extensão cujo desenvolvimento implique relações multi, inter e ou transdisciplinares e inter profissionais de setores da Universidade e da sociedade;
6. Criar condições para a participação da Universidade na elaboração das políticas públicas voltadas para a maioria da população, bem como para que ela se constitua como organismo legítimo para acompanhar e avaliar a implantação das mesmas;
7. Possibilitar novos meios e processos de produção, inovação e disponibilização de conhecimentos, permitindo a ampliação do acesso ao saber e o desenvolvimento tecnológico e social do País;
8. Defender um financiamento público, transparente e unificado, destinado à execução das ações extensionistas em todo território nacional, viabilizando a continuidade dos programas e projetos;
9. Priorizar práticas voltadas para o atendimento de necessidades sociais (por exemplo, habitação, produção de alimentos, geração de emprego, redistribuição de renda), relacionadas com as áreas de Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, Trabalho;
10. Estimular a utilização das tecnologias disponíveis para ampliar a oferta de oportunidades e melhorar a qualidade da educação em todos os níveis;

11. Considerar as atividades voltadas para o desenvolvimento, produção e preservação cultural e artística como relevantes para a afirmação do caráter nacional e de suas manifestações regionais;
12. Estimular a educação ambiental e o desenvolvimento sustentável como componentes da atividade extensionista;
13. Tornar permanente a avaliação institucional das atividades de Extensão Universitária como um dos parâmetros de avaliação da própria Universidade;
14. Valorizar os programas de extensão interinstitucionais, sob a forma de consórcios, redes ou parcerias, e as atividades voltadas para o intercâmbio e a solidariedade;
15. Atuar, de forma solidária, para a cooperação internacional, especialmente a latino-americana.

Recentemente, em maio de 2012, o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, definiu na Política Nacional de Extensão Universitária, a extensão universitária como: um processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. Assim, a extensão passa a ser vista como uma via de mão dupla onde aprende a universidade e a sociedade à qual faz parte.

Contribuições Sociais da Extensão Universitária

A Extensão Universitária possui papel importante no que se diz respeito às contribuições que pode trazer à sociedade, colocar em prática aquilo que foi aprendido em sala de aula e desenvolvê-lo para além dos muros das instituições. A partir do momento em que há esse contato entre o aluno e a sociedade beneficiada por ele, acontecem os benefícios. Aquele que está na condição do aprender acaba aprendendo muito mais quando há esse contato, pois se torna muito mais gratificante praticar a teoria recebida dentro da sala de aula. Esse é o conceito básico de extensão. É importante ressaltar que,

A relação da universidade com a comunidade se fortalece pela Extensão Universitária, ao proporcionar diálogo entre as partes e a possibilidade de desenvolver ações socioeducativas que priorizam a superação das condições de desigualdade e exclusão ainda existentes. E, na medida em que socializa e disponibiliza seu conhecimento, tem a oportunidade de exercer e efetivar o compromisso com a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. (ROCHA 2007 apud SILVA, 2011, p.2).

Segundo estes autores, há um fortalecimento da relação universidade-sociedade, quando acontece um desenvolvimento de ações que possibilitem contribuições aos cidadãos, conseqüentemente os benefícios vai propiciar melhores condições de aprendizado para todos. A extensão proporciona um saber diferenciado, focado para a sociedade que ganha, também, porque ocorre melhoria na qualidade de vida.

Ao ensino, é proposto o conceito de sala de aula que vai além do tradicional espaço físico, compreendendo todos os demais, dentro e fora da universidade, em que se realiza o processo histórico social com suas múltiplas determinações, passando a expressar um conteúdo multi, inter e transdisciplinar, como exigência decorrente da própria prática. (MARTINS, 2008, p.203).

O ensino atravessa as barreiras da sala de aula e sai do ambiente fechado da Universidade ou da faculdade, para que haja a troca de informações provenientes do ambiente contextual. Assim, o conteúdo passa a ser multi, inter e transdisciplinar.

Para Carbonari e Pereira (2007), o grande desafio da extensão é repensar a relação do ensino e da pesquisa às necessidades sociais, estabelecer as contribuições da extensão para o aprofundamento da cidadania e para a transformação efetiva da sociedade. O modelo de extensão consiste em prestar auxílio à sociedade, levando contribuições que visam a melhoria dos cidadãos.

Para compreender a respeito da relação entre extensão e sociedade, é preciso uma visão fundamental que possibilita a qualidade da assistência prestada para as pessoas. Na realização do trabalho prestado aos cidadãos, a finalidade é a melhoria na qualidade de vida dessas pessoas, “a extensão, enquanto responsabilidade social faz parte de uma nova cultura, que está provocando a maior e mais importante mudança registrada no ambiente acadêmico e corporativo nos últimos anos.” (CARBONARI; PEREIRA, 2007, p. 27).

Segundo Rodrigues (1999), na prática da extensão, é importante ressaltar que, no contexto que envolve as funções da Universidade, em especial, a extensão poderá contribuir, em muito, para sua nova perspectiva de colocação de seus trabalhos a serviço dos interesses da grande maioria da população. Nesse ponto, o fazer práticas associadas ao bem estar e qualidade das pessoas, é justamente a contribuição que procura satisfazer os interesses de uma grande maioria dos beneficiados.

[...] há de se afirmar que ensino-pesquisa-extensão apresenta-se hoje, no âmbito das universidades brasileiras, como uma de suas maiores virtudes e expressão de compromisso social, uma vez que o exercício de tais funções é requerido como

dados de excelência na Educação Superior, fundamentalmente voltada para a formação acadêmica e profissional de docentes e discentes, à luz da apropriação e produção do conhecimento científico. (SANTOS, 2010 apud UNIMONTES, 2011, p. 1).

Para Hennington (2005), os programas de extensão universitária mostram a importância de sua existência na relação entre instituição e sociedade. Acontece por meio da aproximação e troca de conhecimentos e experiências entre professores, alunos e população, pela possibilidade de desenvolvimento de processos de ensino-aprendizagem, a partir de práticas cotidianas, juntamente com o ensino e pesquisa e, especialmente, pelo fato de propiciar o confronto da teoria com o mundo real de necessidade e desejos. Define e possibilita a apreensão dos conteúdos absorvidos entre professor e aluno e beneficia-se com isso a partir do momento em que há o contato com o mundo real.

Contribuições formação acadêmicas da Extensão Universitária

A abordagem teórica que defende a extensão como função acadêmica da universidade, objetiva integrar ensino-pesquisa, parte da crítica à extensão voltada para prestação de serviços em uma perspectiva assistencialista [...] (JENIZE, 2004, [n.p]). Como mostra a autora, a universidade promove a extensão de forma assistencial, em que permite atender as necessidades das camadas populares, facilitando, assim, a integração entre ensino e pesquisa, o qual é um dos seus principais objetivos.

Paulo Freire nos aponta os riscos desta extensão assistencialista, na qual a universidade se julga detentora de um saber superior, que tem de ser transmitida sem indagações e confronto: Educar e educar-se, na prática da liberdade, não é estender algo desde a “sede do saber” a “sede da ignorância” “para salvar, com este saber, os que habitam nesta”. (FREIRE, 1977. apud CALIPO, 2009, p. 4). Mostram ainda os riscos existentes no projeto de extensão assistencialista quando entra em contato com a sociedade de modo que os acadêmicos não se sobreponham a comunidade, mas, se igualar a ela para que o contato seja mais proveitoso.

Calipo (2009, p.4) diz que:

“[...] [os] projetos de extensão universitária crítica facilitam uma aprendizagem de saberes recíproco e devem agregar integrantes da universidade e da comunidade popular, sob uma linha horizontal do conhecimento [...]”. Sobre essa análise, o autor nos mostra que a extensão universitária deve se agregar a comunidade de

forma prática e evolutiva a fim de expor os conhecimentos aprendidos durante a vida acadêmica. No que favorece os parâmetros da vida social e aliena-se ao aprendizado. [...] o conhecimento é transmitido e não construído pelos partícipes da ação, esta transmissão é verticalizada e parte do pressuposto de que há uma superioridade e messianismo de quem estende que escolhe o que transmitir como transmitir e que desconhece a visão de mundo dos que vão receber [...] Calipo (2009, p.4)

Para quem tem a oportunidade de participar e praticar a extensão se faz necessário obedecer às regras do conhecimento individual e escolhe como passar esse aprendizado, individualizando assim o sujeito que recebe a informação tem a possibilidade de trocar experiências com a comunidade. O conhecimento só se torna concreto na medida em que for apreendido e aplicado na realidade.

Jenize (2004, [n.p]) descreve:

“[...] mesmo considerando que cada universidade, cada prática curricular, tem sua própria dinâmica e finalidade em cada momento histórico”; cada universidade promove uma dinâmica e finalidade diferente, porém com o mesmo objetivo de promover a integração e produzir o conhecimento. Assim, a prestação de serviços como uma das atividades próprias da extensão que pretende promover a integração universidade sociedade é incluída como uma função da universidade, constituindo um espaço em que se agregam diversas e diferentes ações, criando a ideia de multidiversidade, que inclui variedade de ações, desenvolvimento da ciência aplicada e participação nos problemas regionais [...]. (JENIZE, 2004, [n.p])

Além da integração entre ensino e pesquisa, outro importante objetivo da extensão universitária é promover a integração entre universidade e sociedade, prestando serviços assistenciais a comunidade, promovendo cursos profissionalizantes e levando, sobretudo o conhecimento. Assim, alicerçado no princípio da extensão como um processo educativo, os projetos de extensão baseada na concepção acadêmica objetivam relacionar os diversos saberes, em uma íntima relação da produção do conhecimento com a realidade social. (JENIZE, 2004, [n.p]).

Para esta autora, um resultado importante da extensão universitária é relacionar os diversos saberes, ou seja, o contato íntimo com a comunidade e com a realidade social promove um conhecimento mais amplo e permite um domínio maior sobre o assunto. [...] diante dessa nova visão de extensão universitária, esta passa a se constituir parte integrante da dinâmica pedagógica curricular do processo de formação e produção do conhecimento,

envolvendo professores e alunos de forma dialógica, promovendo a alteração da estrutura rígida dos cursos para uma flexibilidade curricular que possibilite a formação crítica. (JENIZE, 2004, [n.p]).

Segundo ainda a autora, a extensão universitária interfere diretamente na realidade da comunidade, em que recebe da universidade conhecimentos e informações, permitindo que esta participe e exponha suas opiniões deixando de ser passiva, ou seja, que só recebe e não participa, tornando-se ativa.

A formação e a produção de conhecimento que envolve professores e alunos de forma dialógica na extensão universitária são importante resultado que permite que o aluno possa expressar sua própria opinião e que possa questionar sempre que necessário. Os princípios da integração ensino-pesquisa, teoria e prática que embasam a concepção de extensão como função acadêmica da universidade revela um novo pensar e fazer, que se consubstancia em uma postura de organização e intervenção na realidade, em que a comunidade deixa de ser passiva no recebimento das informações/conhecimentos transmitidos pela universidade e passa a ser, participativa, crítica e construtora dos possíveis modos de organização e cidadania. (JENIZE, 2004, [n.p]).

Contribuições profissionais da Extensão Universitária

A construção e re-construção permanente do conhecimento acabam por tornarem-se incontestáveis a todos os profissionais e em especial ao profissional da educação. Este, por sua vez, necessita tanto de formação inicial quanto continuada que o permita desenvolver os requisitos fundamentais ao exercício de sua profissão, além de estar em constante relação com o movimento do contexto em que está inserido. Em função das necessidades de formação, é imprescindível a esse profissional perceber e refletir sobre as questões que perpassam todos os setores sociais e profissionais, pois estes se constituem em elementos que se encontram justapostos na origem de muitas demandas da educação.

Ao entender a extensão como processo aprendente, Síveres (2010) analisa as contribuições dessa atividade fim da universidade para a formação dos acadêmicos e sua futura atuação profissional. Assim, ao serem questionado sobre as possíveis contribuições da extensão para a vida, formação acadêmica e atuação profissional, docentes e discentes apresentam questões que abrangem a necessidade da extensão para formação e atuação

profissional dos sujeitos envolvidos até as contribuições para a construção da cidadania e as possíveis transformações sociais.

Na contemporaneidade a formação do sujeito está centrada na construção do conhecimento e na transformação das informações. O novo sujeito deverá possuir uma formação pessoal e profissional que possibilite a auto-formação, necessária à tomada de decisões e à ação transformadora da realidade. Com a necessidade de formação do profissional cidadão, a “universidade, dentre diversas funções, consolida-se como um movimento onde são articuladas a produção e sistematização do conhecimento, a forma presencial e virtual da educação e os processos e competências de aprendizagem” (SÍVERES, 2010, p. 103).

As instituições tem papel preponderante pois não se restringe apenas à acumulação e transmissão de conhecimentos ao longo dos tempos, mas à responsabilidade de significar os conhecimentos existentes e gerar novo saberes, frutos da interação com a realidade.

Atualmente a Extensão universitária assume papel importante na formação do sujeito cidadão à medida que oportuniza a vivência de situações que permite a construção e re-construção dos saberes a partir da problematização da realidade e da interação entre os que estão inseridos nela.

Esse processo ocorre de dentro para fora no movimento contínuo de diálogo e relações entre os pares e a realidade. É nesse sentido que a extensão, para além de contribuir com a identidade institucional e com a finalidade educacional, pode ser compreendida como um processo aprendente, objetivando desencadear um percurso que, junto com o ensino e a pesquisa, postule uma aprendizagem significativa (SÍVERES, 2010, p. 109)

Segundo Santos (2004, p. 226) afirma que:

No momento em que o capitalismo global pretende funcionalizar a universidade e, de facto, transformá-la numa vasta agência de extensão ao seu serviço, a reforma da universidade deve conferir uma nova centralidade às atividades de extensão e concebê-las de modo alternativo ao capitalismo global, atribuindo às universidades uma participação ativa na construção da coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e a degradação ambiental, na defesa da diversidade cultural. A extensão é dimensão da Universidade e parte do todo integrado, numa perspectiva de inserção social e formação integral do profissional

cidadão. As fragmentações deverão ser superadas, pois não há como dissociar os aspectos integrantes da realidade. O ensino, a pesquisa e a extensão devem ser indissociáveis entre si de tal forma, que contribuirão de maneira consistente para a formação humana e profissional.

Para Morin (2010, p. 89),

“é preciso substituir um pensamento que isola e separa por um pensamento que distingue e une”. A interlocução entre os saberes não acaba com a especialização, mas potencializa a relação dialógica entre eles. Postura esta, imprescindível ao profissional da educação que vivenciará situações adversas na escola. Contextualizar o conhecimento e relacioná-lo ao cotidiano da escola e de cada sujeito oportuniza aos professores uma aprendizagem significativa da profissão, além da postura ética e cidadã.

Na visão de Jantsch e Bianchetti (2008, p. 199), O atual estágio de fragmentação do conhecimento humano está absolutamente coincidente com o modo de produção em tendência, associado ao estágio de desenvolvimento e da tecnologia. Por outro lado, o próprio desenvolvimento científico-tecnológico possibilita mais a vivência da interdisciplinaridade. Nesse sentido, a alta ciência tecnologia não é só demanda do “processo produtivo”, mas do processo de produção do conhecimento.

A fragmentação do conhecimento humano é refletida no processo educativo e o professor em formação precisa desenvolver um saber e um fazer que possam, se não superar, ao menos conduzir o processo educativo de forma mais crítica. A alta ciência tecnologia é uma demanda da formação do professor, pois ele precisa acompanhar a evolução e as transformações do contexto, que indicarão as demandas de formação. A interdisciplinaridade é entendida como relação dialógica e integradora entre os saberes, como uma superação da fragmentação e não como uma tentativa de generalidade do saber.

A formação integral e cidadã do profissional é aspecto pertinente à extensão, não menos importante que os demais componentes do tripé. Nesse processo, a formação dar-se à medida que as ações estiverem vinculadas às necessidades da sociedade e das comunidades. O conhecimento construído sob essa perspectiva é resultante da troca entre os saberes acadêmico e popular, que integrados e sistematizados promovem a democratização e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade.

Ainda nesta perspectiva, a LDB 9.394/96 define no Art. 52 que:

As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional. A formação por meio do ensino, da pesquisa e da extensão é assegurada legalmente e, assim, contribui para a formação integral do sujeito. (LDB 9.394/96 Art. 52)

A universidade e a faculdade se colocam em uma posição de instituições socialmente responsáveis, pela formação dos profissionais da educação que devem estar preparados para atuar em uma realidade com estrutura política, econômica, social e cultural complexa. A integração entre as dimensões do ensino, pesquisa e extensão, promoverá as futuras superações das ações fragmentadas e descontextualizadas da realidade.

Considerações finais

O estudo a que se propôs este artigo sobre a Extensão Universitária, aparece com diversas conceituações sobre a temática, porém em todas essas conceituações ela se apresenta como um processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade.

A Extensão universitária tem trânsito assegurado na comunidade acadêmica, mas ainda pouco insipiente, para sua relevância social, acadêmica e profissional, a extensão universitária é a oportunidade para elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico junto ao conhecimento das comunidades, numa junção que pode beneficiar e melhorar a vida das pessoas.

No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizado, acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social. (FORPROEX, 1987).

As concepções de Extensão Universitária são de suma importância para a universidade e para a Faculdade como instituições educativas e a ideia da extensão como um processo ainda é um grande desafio no Brasil. Percebe-se que os espaços extensionistas são vivências de produção e socialização de conhecimento o qual não deve ser privilégio da universidade, mas difundido pela comunidade de acordo com seus interesses e necessidades.

As contribuições da extensão universitária na formação social desenvolvem conhecimentos a partir da socialização e pelo contato diário com a temática trabalhada,

realizando associação teórico-prática propiciando a vivência, a experiência aprendente, com conhecimentos plurais, criativo e percepção como parte do universo coletivo.

Na formação acadêmica as contribuições da extensão universitária favorecem a responsabilidade de contribuir de maneira decisiva para a transformação social e coletiva através da pesquisa, em confronto direto com o ambiente que o aluno conhecerá de modo a favorecer também uma aprendizagem significativa.

Na formação profissional as contribuições da extensão universitária auxiliam diretamente na transformação das práticas profissionais, de modo a realizar as intervenções de acordo com a realidade da população em que o aluno está inserido.

A universidade e faculdade m conhecimentos com a comunidade, entende-se que neste sentido a universidade, em meio suas finalidades, cumpre seu compromisso social. Para isso, a universidade e a faculdade necessitam ser vistas sob uma nova perspectiva, e que antes de tudo, é necessário começar a olhar a extensão universitária como uma oportunidade de integração com a produção de novos conhecimentos.

De acordo com o estudo, compreende-se que a extensão é também um espaço muito amplo dentro das organizações educativas de nível superior, olhar a extensão universitária como espaço também de auto avaliação entre o que se aprende na instituição e o que a comunidade pode oferecer de conhecimento popular para enriquecimento dos saberes necessários para a vida do cidadão e da cidadã. Principalmente neste momento em que a universidade se insere na sociedade como uma organização educativa de extrema relevância para o desenvolvimento do país, através de tecnologias nascidas no seio da universidade e da comunidade em que se insere.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Lei 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, 23 dez. 1996. BRASIL. Plano Nacional de Extensão Universitária. Brasília, 2001.

BRASIL. LEI N° 5.540, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - 29/11/1968, Página 10369 (Publicação Original) Coleção de Leis do Brasil - 1968, Página 152 Vol. 7.

BRASIL. RESOLUÇÃO CNE/CES n° 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei n° 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências.

CALIPO, Daniel. Projetos de extensão universitária crítica: Uma ação educativa transformadora. Campinas, 2009. Base de dados do Scielo. Disponível em: . Acesso em: 25 jul. 2019.

CARBONARI, Maria; PEREIRA, Adriana. A extensão universitária no Brasil, do assistencialismo à sustentabilidade. São Paulo, Setembro de 2007. Base de dados do Anhanguera. Disponível em: <https://pgsskroton.com.br/seer/index.php/educ/article/download/2133/2030>. Acesso em 26.jul.2019

I FORPROEX - ENCONTRO DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 1987, Brasília. Conceito de extensão, institucionalização e financiamento. Disponível em: Acesso em: julho de 2019.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS Extensão Universitária: organização e sistematização. Organização: Edison José Corrêa. Coordenação Nacional do FORPROEX. Belo Horizonte: Coopmed, 2007. 112 p.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA (FORPROEX). Política Nacional de Extensão Universitária. Gráfica da UFRGS. Porto Alegre, RS, 2012 (Coleção Extensão Universitária; v. 7).

HENNINGTON, Élida. Acolhimento como prática interdisciplinar num programa de extensão universitária. *Cad. Saúde Pública* [online]. 2005, vol.21, n.1, pp.256-265. ISSN 0102-311X. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2005000100028>.

JANTSCH, Ari Paulo e BIANCHETTI, Lucídio. (Org.) Interdisciplinaridade. Para além da Filosofia do sujeito. 8ºed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

JENIZE, Edineide. As Práticas Curriculares e a Extensão Universitária. Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária Belo Horizonte, 12 a 15 de setembro de 2004. In: <https://www.ufmg.br/congrext/Gestao/Gestao12.pdf>

LAPERRIÉRE, H. (2010) Inovação Metodológica – experimentando da educação libertadora em Saúde. **Saúde & Transformação. Social**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 28-34. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=265319560006>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

MARTINS, Eliécília. Extensão como componente curricular: oportunidade de formação integral e de solidariedade disponível em:

www.cienciasecognicao.org › [capa](#) › [v. 13, n. 2 \(2008\)](#) › [acesso em 29.jul.2019](#)

NOGUEIRA, M.D.P. Extensão universitária no Brasil: uma revisão conceitual. In: FARIA, D.S. (Org.). Construção conceitual da extensão universitária na América Latina. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

NOZAKI, J. M.; FERREIRA, L. A.; HUNGER, D. A. C. F. Evidências formativas da extensão universitária na docência em Educação Física. *Revista Eletrônica de Educação*, v. 9, n. 1, p. 228-241, 2015. Disponível em: <<http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/><<http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/viewFile/1175/390>>. Acesso em: 28 jul.2019.

PINTO, C. L. Q; ROCHA, C. R. C; VILARIM, G. (2010) Desafios da Prática da Interdisciplinaridade em Cursos de Ciência da Computação: a Experiência do UNIFESO. XXX CSBC, WEI, Belo Horizonte, http://www.inf.pucminas.br/sbc2010/anais/pdf/wei/st05_02. Acesso em 06 jul. 2019

SANTOS, Boaventura S. A Universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. São Paulo: Cortez, 2004. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 11).

DE MENEZES RODRIGUES, M. Universidade, extensão e mudanças sociais. Em Extensão, v. 1, n. 1, 21 jul. 2009Uberlândia, [v. 1 n. 1 1999](#).

SILVA, Valéria. Ensino, pesquisa e extensão: Uma análise das atividades desenvolvidas no GPAM e suas contribuições para a formação acadêmica. Vitória. 2011

MORIN, Edgar. A cabeça bem-feita. Repensar a reforma, reformar o pensamento. 18^oed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. Políticas de Extensão Universitária Brasileira. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

ROCHA, Roberto Mauro Gurgel. A construção do conceito de extensão universitária na América Latina. In:FARIA, Dóris Santos de (Org.) Construção conceitual da Extensão Universitária na América Latina. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A Universidade no Século XXI. Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. São Paulo: Cortez, 2004.

SÍVERES, Luiz. A extensão como um processo aprendente. in: FREITAS, Lêda Gonçalves, MARIZ, Ricardo Spinola e FILHO, José Leão da Cunha. (Org.) Educação Superior: princípios, finalidades e formação continuada de professores. Brasília: Universa: Líber Livro, 2010.

SOUSA, Ana Luiza Lima. Concepção de Extensão Universitária: ainda precisamos falar sobre isso? In: FARIA, Dóris Santos. Construção Conceitual da Extensão Univeritária na América Latina. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.